

Simpório Mulher

Ano IV - Edição 04 - Março de 2017 - www.sinprof.org.br

“APESAR DE VOCÊ,
AMANHÃ HÁ DE SER
OUTRO DIA...”





Diretorxs do Sinpro Gestão 2016-2019

Diretoras de Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras



Toda construção das políticas de gênero no Sinpro, até mesmo esta revista, passam por debates no **Coletivo de Mulheres Educadoras**.

Entre em contato com a Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras (61) 3343 4206 ou pelo site www.sinprodf.org.br



Por um mundo
onde sejamos **socialmente iguais,**
humanamente diferentes
e **totalmente livres.**

Rosa Luxemburgo

SUMÁRIO

Editorial	5
Universidade de Brasília elege primeira reitora	6
PEC 287/16 acaba com o direito à aposentadoria das mulheres	9
Governo sanciona reforma do Ensino Médio, apesar dos protestos.....	12
Democracia e feminismo	16
A história das mulheres	17
Combater a linguagem sexista.....	21
O papel dos sindicatos na luta por direitos	22
A opressão da mulher e a luta de classe.....	25
Escola sem Partido ou educação sem pensamento?.....	26
Identidade de gênero e sexualidade em sala de aula	30
Assédio moral: um crime praticado diariamente	35
Portadoras do cuidado	38

EXPEDIENTE

Coordenação editorial:

Secretaria de Mulheres Educadoras
Vilmara Carmo, Ruth Brochado e Goretti Cunha

Secretaria de Imprensa:

Cláudio Antunes, Cleber Soares e Samuel Fernandes

Coordenação de reportagem, texto final e edição:

Carla Lisboa

Reportagem:

André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado,
Tomaz de Alvarenga

Projeto gráfico e diagramação e capa:
Samuel de Paula

Foto da capa: Deva Garcia

Fotografias:

Deva Garcia, ECOM e Arquivo Sinpro-DF

Tiragem:

25.000 exemplares

Gráfica:

Palavra Comunicação - (61) 3344 1599

DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO - TRIÊNIO 2016-2019

Secretaria de Administração e Patrimônio

Carlos Cirane Nascimento – Coordenador
Carlos de Souza Maciel
Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Assuntos dos Aposentados

Silvia Canabrava de O. Paula –
Coordenadora
Marilange da Silva Vianna
Delzair Amancio da Silva

Secretaria de Assuntos Culturais

Thaís Romanelli Leite – Coordenadora
Eliceuda Silva de França
Ticho Lavenere

Secretaria de Assuntos Jurídicos

Trabalhistas e Socioeconômicos
Dimas da Rocha Santos – Coordenador
Cássio de Oliveira Campos
Ilson Veloso Bernardo

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora
Maria Goretti Oliveira Cunha
Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Finanças

Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora
Polyelton de Oliveira Lima
Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Formação Sindical

Luciana Custódio de Castro –
Coordenadora
Jairo Mendonça
Magnete Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Cláudio Antunes Correia – Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Raça e Sexualidade

Elbia Pires de Almeida – Coordenadora
Letícia Vieira Montandon
Jucimeire Barbosa da Silva

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Alberto de Oliveira Ribeiro

Secretaria de Organização e Informática

Julio Barros – Coordenador
Francisco de Assis S. Lima
Luciano Matos de Souza

Secretaria de Política Educacional

Berenice Darc Jacinto – Coordenadora
Anderson de Oliveira Correa
Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Políticas Sociais

Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador
Hamilton da Silva Caiana
Yuri Soares Franco

CONSELHO FISCAL

Enóquio Sousa Rocha
Jailson Pereira Sousa
Joana Darc Ferreira Soares
Joana Brito M. Rodrigues
Misaél dos Santos Barret

EDITORIAL

*Por Vilmara Pereira do Carmo
Coordenadora da Secretaria para Assuntos e
Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF*

O ano de 2017 começa sem terminar 2016. Isso porque um conjunto de reformas que subtrai da Constituição 1988 o seu caráter mundialmente conhecido de Carta Cidadã foi iniciado no ano passado e permanece neste ano. Aponta claramente para o acirramento das desigualdades em nosso país.

Na pauta do Congresso Nacional, temos dois importantes projetos de reformas, Previdência e trabalhista, com previsão de votação ainda no primeiro semestre deste ano. É com esse olhar cuidadoso na conjuntura que esta edição da revista SINPRO MULHER traz matérias que avaliam como as reformas, se aprovadas, irão impactar, principalmente, na vida das mulheres e, em especial, na das trabalhadoras do magistério.

No centenário da primeira greve geral brasileira, trazemos uma matéria sobre o movimento sindical, a luta das mulheres e a sua importância para as conquistas da classe trabalhadora.

Considerando-se que a classe trabalhadora tem dois sexos e que o capitalismo se apropria do trabalho gratuito da mulher para aumentar seus lucros, o movimento sindical no pós-ditadura teve de incluir, com muita luta, a pauta da mulher trabalhadora em sua agenda.

As mulheres estiveram presentes em todos os processos históricos, quer seja na vida pública quer seja na vida privada, e em todos esses espaços houve a tentativa de nos calar e nos invisibilizar. A reação das mulheres foi contínua e progressiva. Chegamos ao que hoje se conhece como feminismo.

A SINPRO MULHER destaca uma reportagem sobre o feminismo, esse importante movimento que influenciou nas relações sociais e modificou a condição de não-gente das mulheres em todo o planeta, deixando legados e desafios.



O movimento estudantil, que no ano passado deu exemplo de coragem e resistência durante as ocupações contra a PEC 55 e a Reforma do Ensino Médio, também tem destaque nessa edição.

Esse belíssimo movimento conseguiu reunir em sua ação política o novo, trazendo para o cotidiano das ocupações conceitos basilares do feminismo. O respeito nas relações de gênero, que estruturaram as relações humanas nas ocupações, e o fazer pedagógico apontavam para o novo modelo de educação que a juventude reivindica.

Bem, a revista está assim cheia de aprendizagens, fazendo memória do que fomos, do que somos e apresentando a esperança como carro-chefe para o que queremos ser. E o que seremos vai depender da nossa capacidade de organização, disponibilidade para a luta e, principalmente, da nossa clareza de que unidas seremos capazes de defender, de forma intransigente, um mundo justo, fraterno e solidário em todas as dimensões da vida real.

Boa leitura e boa luta para todas nós!

#NENHUMDIREITOAMENOS #NENHUMAAMENOS

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA ELEGE PRIMEIRA REITORA

Por Carla Lisboa

É a primeira vez, em seus 54 anos, que a Universidade de Brasília (UnB) elege uma mulher para reitora. Ex-estudante e atual docente e pesquisadora do Instituto de Geociências, Márcia Abrahão Moura ganhou a eleição com 53% dos votos e hoje integra o diminuto grupo de 19 mulheres reitoras de universidades públicas federais do Brasil.

Ela considera sua eleição um avanço e vê nessa atitude da comunidade universitária um gesto de amadurecimento. Segundo as estatísticas, a UnB está entre as instituições de ensino superior com maior número de mulheres. Não é à toa que, na gestão de Márcia, sete, dos oito decanatos, são geridos por elas.

“Conheço a atuação e o perfil de todas e a maioria integrou a minha equipe quando fui decana de Graduação, entre 2008 e 2012”. Na época, Márcia foi responsável pela implantação do Programa de Apoio a

Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Ela considera o diálogo e o esforço conjunto para a promoção de avanços características que farão a diferença na sua gestão. “A universidade precisa de gestores executivos, que procurem simplificar os processos, que saibam ouvir e que trabalhem com equipes multidisciplinares com base em mérito e de forma democrática”, afirma.

Ligada à UnB desde 1982, quando ingressou para a graduação em geologia, interessou-se pela minerologia, área à qual se dedicou em toda a sua formação superior. Acabou estudando na UnB até concluir mestrado e doutorado e, em 1995, consolidou seus laços com a universidade e passou a integrar o quadro de professoras da instituição.

Fez doutorado sanduíche na Université d’Orleans e BRGM, na França, e tornou-se pós-doutora na Queen’s University. Atuante no



CNPq, integra o Programa de Pós-Graduação em Geologia, um dos únicos na UnB com conceitos na avaliação da Capes. Casada e mãe de dois filhos, nasceu no Rio de Janeiro e chegou em Brasília em 1980. Sua pesquisa é sobre granitos e mineralizações associadas. Confira, a seguir, entrevista à Sinpro Mulher.

Sinpro Mulher – O que significa ser a primeira reitora eleita de uma das maiores universidades federais públicas do país?

Márcia Abrahão – Significa muito pelo fato de eu ser mulher. E, para a sociedade, é importante ver como uma mulher pode chegar aos mais altos cargos. Tem o simbolismo de a minha eleição trazer uma mensagem para as estudantes de como elas podem chegar aos mais altos cargos e que devem batalhar, apesar das dificuldades que sofremos para trabalhar e receber os menores salários.

Pertenço a uma área que a gente chama de “área dura”, das ciências exatas: sou geóloga. Por ser ex-aluna, é uma satisfação, uma honra e uma forma de retribuir à UnB o que ela me deu: graduação, mestrado e doutorado. Meus filhos também são estudantes daqui. Por isso acho que a minha eleição tem um simbolismo grande e mostra que nós, mulheres, temos condições de dirigir uma universidade do tamanho da UnB.

Sinpro Mulher – Por que escolheu a maioria de mulheres para compor seu Decanato?

Márcia Abrahão – Porque é importante ter essa representatividade feminina nos mais altos cargos. Somos acadêmicas e também boas gestoras. Criei um novo decanato em dezembro, o de Pesquisa e Inovação, com uma mulher no comando. Temos sete mulheres e um homem no comando. O chefe de gabinete, o prefeito, o secretário de Infraestrutura, o diretor de Obras são homens. Há homens no mais alto escalão, como o secretário de Gestão do Patrimônio.

Não existe nenhuma discriminação. A gente não pode trazer para cá uma discriminação que a gente critica. O que queremos é mostrar que, quando a mulher tem competência, por que não ocupar cargo maior? Isso que reclamamos ao longo da vida e lutamos contra, é que, se temos competência, por que é que somos preteridas? O critério de escolha aqui foi a competência.

Sinpro Mulher – Quais os impactos das reformas do governo em curso, sobretudo a que congelou por 20 anos os investimentos, na universidade pública?

Márcia Abrahão – É preocupante. Numa reunião do Conselho de Administração realizada em fevereiro, em que discutimos o orçamento de 2017, a UnB tem uma previsão de déficit de R\$ 105 milhões para o ano. E isso ocorreu porque ela não se colocou adequadamente em 2016 na discussão sobre a divisão orçamentária entre universidades e porque uma parte do orçamento provém da arrecadação dela própria e a crise diminuiu isso.

Todavia, o governo pode distribuir o orçamento e esperamos, até porque o Ministério da Educação (MEC) tem sinalizado nessa direção, que não haja prejuízo na nossa divisão orçamentária e, ao mesmo tempo, há a sinalização de que o MEC não terá prejuízo dentro da divisão orçamentária no governo. Esse é o discurso que o governo tem feito, mas, claro, lidar com uma situação dessas é um dos maiores desafios.

Sinpro Mulher – A reforma do Ensino Médio, aprovada na surdina pelos senadores afeta em que a universidade pública e a UnB?

Márcia Abrahão – Afeta negativamente. Não participamos das discussões porque não houve tempo para amadurecimento na sociedade e foi apresentada no formato de Medida Provisória (MP). Mas agora não podemos nos furtar de discutir os desdobramentos. Um deles recai sobre nossas licenciaturas. Algumas serão

fortemente afetadas pelas baixas demandas e alta evasão. A tendência de algumas disciplinas ficarem optativas no Ensino Médio e não serem ofertadas em algumas escolas fará, rapidamente, com que se diminua a demanda por professores.

Isso é preocupante. Temos de trabalhar para convencer a sociedade, e aí envolve governos distrital, estaduais, municipais e federal, para não abrirem mão desse conteúdo. Temos de nos esforçar para convencer a sociedade de que ela deve mostrar que os conteúdos humanísticos e esportivos são muito importantes para a formação do indivíduo e têm de continuar na mesma intensidade.

Sinpro Mulher – Alguns feminicídios envolveram estudantes da UnB. O caso de Louise Ribeiro, morta dentro de um laboratório, por exemplo. Como será o combate à violência?

Márcia Abrahão – Começamos o ano discutindo segurança e gênero em seminário. A Diretoria da Diversidade trouxe Débora Diniz para a aula inaugural de 2017. Ela é considerada uma das principais vozes nas questões de gênero do país. Diniz foi eleita uma das cem principais pensadoras globais de 2016. A prefeitura está trabalhando para melhorar a iluminação e a segurança do campus e estamos contando com uma parceria com o Governo do Distrito Federal (GDF).

Sinpro Mulher – Como é que a UnB fará a interface para fortalecer o debate de gênero na educação e como fará essa interface com os movimentos sociais?

Márcia Abrahão – A UnB já faz essa interface por meio dos programas de pós-graduação com a temática de gênero e movimentos sociais. Ainda, iremos estimular a Academia a participar mais nos projetos, com editais de apoio a temáticas específicas, e a continuar trabalhando com projetos com o GDF e com os núcleos existentes, como o Centro de Ensino

Multidisciplinar (CEAM). Mas isso depende da iniciativa dos docentes. O que a Reitoria pode fazer é incentivar e abrir o espaço para os debates. Quanto aos movimentos sociais, a Reitoria irá manter a melhor relação possível com os sindicatos. Com estudantes, abrimos o Fórum Permanente de Diálogo.

Sinpro Mulher – Qual o papel da universidade no fortalecimento da carreira do magistério?

Márcia Abrahão – Vamos participar de todos os editais do MEC para fortalecimento das licenciaturas, como o PIBID, Pró-Docência, além da concessão de bolsas extras para estudantes permanecerem na universidade. Vamos fortalecer esses programas de apoio e de incentivo às licenciaturas, bem como a Coordenação das Licenciaturas, apoiando as licenciaturas presenciais e à distância. O que vamos fazer é isso.



PEC 287/16 ACABA COM O DIREITO À APOSENTADORIA DAS MULHERES

Reforma extingue conquistas históricas e causa prejuízos. Mudança iguala o tempo de contribuição e a idade entre homens e mulheres e elimina a aposentadoria especial do magistério

Por Carla Lisboa

No início de fevereiro de 2017, o Auditorio Petrônio Portela, da Câmara dos Deputados, ficou pequeno para o número de pessoas que se aglomeraram no local a fim de participar da audiência pública sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, a reforma da Previdência.

Realizada pela Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos Humanos das Mulheres; Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos; Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; Secretaria da Mulher da Câmara; e Procuradoria Especial da Mulher do Senado, a audiência apontou centenas de prejuízos que essa reforma irá causar à classe trabalhadora, sobretudo às mulheres, caso seja aprovada.

A reforma foi apontada como uma estratégia do sistema financeiro para se apropriar da

Previdência e isso irá acabar com o direito à aposentadoria por da maioria das mulheres. “Com essa reforma nenhuma mulher mais alcançará essa aposentadoria, pois a nova proposta de previdência indica 25 anos de contribuição direta. Além disso, o tratamento diferenciado ao/à trabalhador/a rural (mulheres aos 55 e homens aos 60) não é assistência social, e sim um direito do/a trabalhador/a rural pelas condições de trabalho a que são submetidos/as”, denuncia a deputada federal Jandira Feghali (PCdoB-RJ).

No encontro, foi lido um documento com ênfase na importância da luta das mulheres contra a reforma, com estratégias de comunicação e grandes mobilizações, para denunciar à sociedade a retirada de direitos, em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, como data de paralisação geral. Assim, a luta contra a reforma da Previdência no Brasil integrou a pauta internacional das mulheres

Assembleia geral das/os professoras/es da rede pública de ensino do DF, no dia 13/2, quando foi deflagrada greve contra a reforma da Previdência





Professoras afirmam que esta reforma não passará

que protestaram contra as reações aos direitos das mulheres, em xeque de maneira brutal em todo o mundo. No Brasil e em outros países, direitos trabalhistas, à saúde e à segurança na velhice são desmantelados, evidenciando a atual face do neoliberalismo.

Rosilene Corrêa, diretora de Finanças do Sinpro-DF, afirma que “a reforma previdenciária penaliza duplamente as mulheres integrantes do magistério porque iguala a idade mínima de 65 anos para homens e mulheres, desconsiderando o fato de que a maioria das brasileiras tem jornada dupla, dividida entre o trabalho fora de casa e os afazeres domésticos. E prevê o fim do direito à aposentadoria especial, sem considerar o esgotamento físico e emocional decorrente do exercício da profissão nas condições desfavoráveis das escolas públicas”, enfatizou.

Não é à toa que o Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), em janeiro deste ano, deliberou pela greve nacional da educação com a pauta exclusiva da reforma da Previdência. “Em um país desigual como o Brasil, retirar a aposentadoria diferenciada das mulheres é reproduzir desigualdades e aprofundar abismos sociais e econômicos. A perspectiva de estar na carreira e se aposentar foi substituída pela de morrer trabalhando”, afirma Luciana Custódio, diretora de Formação Sindical do Sinpro-DF.

O governo argumenta, na mensagem ao Congresso, que é preciso reformar porque as mulheres vivem 7 anos a mais do que os homens e que as diferenças salariais estão diminuindo. E se baseia no discurso do “rombo” da Previdência para justificar a reforma. Maria Inez Magalhães,

presidente da Fundação Anfip, informa que esse discurso é falacioso e foi comprovado várias vezes por estudos diferentes da entidade e outras instituições sérias.

Camila Almeida, da ONU Mulheres, desmente o argumento da expectativa de vida. Ela afirma que a situação ainda é desigual e observa que, ao tratar de maneira igual os desiguais, fere convenções internacionais das quais o Brasil é signatário. Ela informa que as mulheres ganham hoje cerca de 70% do que ganham os homens e, entre as negras, por exemplo, o percentual cai para 42%. A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) afirma que vários movimentos sociais vão se dedicar a ir às ruas para esclarecer a população sobre as perda de direitos.

“Historicamente as brasileiras acumulam mais trabalho não remunerado do que os homens. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) constatou que as mulheres dedicam em média 26h de trabalho doméstico por semana enquanto os homens trabalham em média 10h. Se transpusermos para a situação das professoras, que levam serviços pedagógicos para casa, isso equaliza mais horas trabalhadas não remuneradas pelo Estado”, afirma Vilmara do Carmo, coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF.

A retirada de direitos sociais e trabalhistas não ocorre só no Brasil. As feministas norte-americanas avaliam que o sexismo, a xenofobia, o racismo e a transfobia, que têm dominado governos de vários países, estão articulados



Luciana Custódio, coordenadora da Secretaria de Formação Sindical do Sinpro-DF

Rosilene Corrêa, coordenadora da Secretaria de Finanças do Sinpro-DF



com a redução das garantias da classe trabalhadora e ao aumento das desigualdades e da violência. Em reação a isso, chamaram uma greve geral mundial das mulheres, em 8 de março, contra as políticas de supressão de direitos. O manifesto é assinado por feministas como Angela Davis e Nancy Fraser.

O impacto da reforma na vida das mulheres

No caso da categoria docente, a PEC retira o parágrafo 5º, do artigo 40, e o parágrafo 8º, do artigo 201, da Constituição Federal, os quais asseguram ao/à professor/a 5 anos a menos de contribuição. E acaba com a aposentadoria especial para professoras/es.

“Se qualquer outra pessoa tem de ter 30 anos de contribuição para se aposentar, o/a professor/a é 25. Aí depois veio a lei e falou que era a professora até Ensino Médio e em sala de aula. Se a professora ia aposentar com 50 anos, agora a mulher irá se aposentar com 65. Aumenta em 15 anos o tempo de atuação dela em sala de aula. Para os/as professores/as é a mesma lógica”, afirma Maria Inez, auditora fiscal e presidente da Fundação Anfip.

“No Brasil, país patriarcal e machista, a mulher ainda é mais massacrada. Por isso que tinha esse benefício. Com esta reforma, o governo retira de forma instantânea, como se a nossa sociedade tivesse mudado. Como se todos os homens ajudassem em casa e a tarefa doméstica fosse distribuída, como se todo mundo tivesse empregado em casa e ela não tivesse a dupla jornada. Como se ela não fosse a primeira a perder o emprego”, comenta.

O falso rombo e as trabalhadoras rurais

Estudos da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Anfip) atestam que não há e nunca houve déficit. Toda vez que o governo federal anuncia rombo na Previdência, a Anfip comprova que não é verdade e demonstra o superávit da Seguridade Social, da qual a Previdência faz parte.

Além da Anfip e dos levantamentos da Auditoria Cidadã da Dívida, a tese de doutorado de Denise Gentil, professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), desmonta o discurso do rombo. Denise tem defendido a ideia de que o cálculo do déficit previdenciário não está correto porque não se baseia nos preceitos da Constituição de 1988, que estabelece o arcabouço jurídico do sistema de Seguridade Social.

“O cálculo do resultado previdenciário leva em consideração apenas a receita de contribuição ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) que incide sobre a Folha de Pagamento, diminuindo dessa receita o valor dos benefícios pagos aos trabalhadores. O resultado dá em déficit. Essa, no entanto, é uma equação simplificadora da questão. Há outras fontes de receita da Previdência que não são computadas nesse cálculo, como a Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) e a receita de concursos de prognósticos. Isso está expressamente garantido no artigo 195 da Constituição e acintosamente não é levado em consideração”, afirma a professora.

Com esta reforma, o governo Michel Temer irá penalizar especialmente as negras, as rurais e as professoras, por desconsiderar as diferenças nas atividades do meio rural e urbano e as discriminações em relação à raça, gênero e etnia no mercado de trabalho. Análises do Censo Rural indicam que caso seja estabelecida a contribuição individual para trabalhadores e trabalhadoras rurais, a maioria da categoria estará excluída da previdência social, uma vez que 49% dos grupos familiares têm uma renda líquida anual equivalente a R\$ 255,00.

REFORMA DO ENSINO MÉDIO: LUTA E RESISTÊNCIA DA JUVENTUDE

Estudantes ocupam escolas públicas do Distrito Federal e do Brasil contra a privatização do ensino e contra a PEC do Fim do Mundo

Por André Barreto

Ana Clara Rocha Rodrigues tem 16 anos e, no ano passado, cursava o 2º ano no CEMAB. Ana foi um dos/as milhares de estudantes que tomaram posição e se levantaram contra a proposta de reforma do Ensino Médio (Medida Provisória 746), o projeto Escola sem Partido (PL 7180/14) – chamado “Lei da Mordaça” – e o congelamento de recursos públicos por 20 anos para investimentos sociais, incluindo a educação (PEC 55, antiga PEC 241). “O

nosso sentimento foi de indignação por causa das ameaças de retirada de direitos tanto de nós, estudantes, como de toda a classe trabalhadora deste país”, disse Ana.

Em todo o Brasil estudantes chegaram a ocupar 1.197 escolas em 21 estados, no segundo semestre de 2016. No Distrito Federal, a primeira escola foi o CEM 414, de Samambaia, e daí o movimento foi crescente com várias outras escolas sendo ocupadas, a exemplo do CEMAB, Setor Oeste (CEMSO), Elefante Branco, Gisno, Setor Leste, CED 01 do



Estudantes ocupam CEMAB contra a reforma do Ensino Médio e a PEC 55 (atual EC95/16), que congelou por 20 anos investimentos públicos na educação e em outras áreas



Ana Clara, estudante secundarista do CEMAB discursa no Plenário da Câmara Legislativa do DF

Guará, CEM 02 do Gama, CED 3 de Brazlândia e CED 1 de Planaltina, CED 06 de Ceilândia e CEM 01 de São Sebastião.

O fato é que as medidas anunciadas pelo presidente Michel Temer e pelo Congresso Nacional para a educação desagradaram toda a comunidade escolar: estudantes, pais, mães, professoras/es e especialistas na área. A resposta veio com a força e a irreverência da juventude, que deu uma demonstração de coragem e ousadia: 2016 foi o ano da maior mobilização estudantil desde 1968.

O Estado contra-atacou com requintes de crueldade. Em julgamento, o juiz Alex Costa de Oliveira, da Vara da Infância e Juventude do TJDF, determinou a desocupação das escolas, autorizou o uso de técnicas de tortura para convencer os estudantes a desocuparem os locais, como cortes do fornecimento de água, luz e gás, restrição ao acesso de familiares e até uso de “instrumentos sonoros contínuos” para impedir o sono dos e das adolescentes.

Em várias escolas a determinação judicial foi cumprida. “Revolta sim, no sentido de mudarem o Ensino Médio sem nos consultar, sem diálogo, impondo-nos um pensamento, por quererem implantar uma lei para nos calar [Lei da Mordaça], e também indignada com a forma desumana como nos obrigaram a desocupar a escola”, desabafou Ana Clara.

Vários foram os espaços criados pelos estudantes para saírem da invisibilidade e explicarem as razões pelas quais estavam ocupando as escolas. Ana Clara participou de uma audiência pública na Câmara Legislativa do DF. “Eu, assim como outros colegas, expressamos nossa indignação devido aos

fatos ocorridos e, principalmente, pela forma autoritária e desumana de quererem nos impedir de nos manifestarmos no nosso próprio ambiente escolar. E nas ruas somos recebidos nas manifestações com bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Que país é esse em que estamos vivendo? Enquanto colocam centenas de policiais para agredir estudantes que se manifestam pacificamente, as ruas estão carentes de segurança pública”, criticou da tribuna. O CEMAB, escola de Ana, teve a ordem judicial cumprida e, por consequência, uma trágica desocupação.

Recém-aprovada no curso de Ciências Sociais na UnB, Camila Rodrigues era estudante do Centro de Ensino Médio Setor Oeste (CEMSO) e presidenta do Grêmio Estudantil, quando ocorreu a ocupação. Essa escola foi a que ficou mais tempo ocupada. “Lutávamos por uma escola melhor, livre. Por ser um sentimento coletivo, nossas questões internas também tinham de ser coletivas. Então, entre os/as ocupantes deixamos claro, em todas as nossas assembleias, que os serviços seriam divididos de forma igualitária. Dessa forma, atividades ligadas à segurança, limpeza e cozinha, por exemplo, eram feitas tanto por homens quanto por mulheres – sem problemas”, conta a jovem.

Camila traz da ocupação um grande aprendizado. “Tornei-me um ser humano mais rico. Para além das disciplinas tradicionais, discutimos e vivenciamos a cidadania – em seu sentido mais amplo”, disse. Ela também acredita que as ocupações deixaram claro que as mulheres estão mais presentes na luta por um país melhor. “No início éramos poucas, mas, conforme o movimento ganhava corpo, as meninas foram se engajando e se tornaram



Ocupação da CLDF em protesto contra a violência promovida pelo GDF nas desocupações

maioria. Sem dúvida tivemos papel decisivo, tomando decisões e estando à frente em diversos momentos”.

“Toda a nossa resistência vai nos render frutos. Ela ultrapassa os muros das escolas e chega às pessoas que não compreendiam nossa real pauta”, disse, à época, a presidenta da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), Camila Lanes.

Nas ocupações que se espalharam pelo país desde meados de outubro passado, aulas públicas diárias, debates, seminários e intervenções culturais, levaram os estudantes a aprofundar o debate sobre o modelo de ensino que querem.

A também secundarista Ana Julia Ribeiro, da escola Senador Manoel Alencar Guimarães – escola pública na microrregião de Curitiba, Paraná – falou sobre o desmonte do Ensino Médio promovido pela MP 746 aprovada pelo Senado, no dia 8 de fevereiro, e sancionada pelo Presidente da República. Para a jovem, resta agora resistir nas escolas à implantação da reforma. “A resistência é não deixar

a (contra)reforma do Ensino Médio ser implantada em nossas escolas. De que maneira? Sugiro a todos os estudantes que se unam com seus colegas e professores progressistas e elaborem uma proposta de uma nova escola. Uma proposta de escola que queremos, que nos represente e que tenha caráter emancipatório. Encaminhem as propostas às respectivas Secretarias de Educação e de forma alguma recuem. Pressionem os governos estaduais até que eles abram o diálogo e estejam dispostos a conversar e a elaborar um projeto de escola em parceria conosco. Agora é a hora de mostrarmos tudo o que vivemos nas ocupações”, destacou Ana Julia.

“O movimento das ocupações, tanto das escolas secundárias quanto da UnB e dos Institutos Federais, teve nas jovens um papel determinante no processo da deflagração, da manutenção e da construção desse movimento no Distrito Federal e no Brasil. As meninas dirigiram politicamente este movimento. Verificamos, então, que houve um empoderamento progressivo – as meninas começam tímidas no primeiro



Assembleia na primeira ocupação em escola do DF: CEM 414, de Samambaia

momento do movimento, mas no decorrer do processo elas se empoderaram e têm papel determinante em todos os processos – na manutenção das ocupações, nas próprias manifestações, tomadas de decisões e nas diligências que tiveram que fazer. Enfim, foram elas protagonistas nesse processo”, destacou a coordenadora da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF, Vilmara Pereira do Carmo.

Atenção redobrada – Coordenador de Políticas Sociais do Sinpro-DF, Gabriel Magno enfatizou que a intenção do governo atual não é parar na reforma do Ensino Médio. “O começo se dá pelo Ensino Médio porque esta modalidade do ensino, no setor privado, foi a que mais perdeu dinheiro nos últimos anos.

Nesse tempo houve uma enorme expansão do Ensino Médio público, que acabou disputando espaço com a iniciativa privada – o contrário do que se via até a década de 1990. O princípio da reforma está aí, na repactuação de entes para retomar o seu lucro. O setor privado perdeu muito

dinheiro e por isso apoiou fortemente o golpe. A conta está sendo apresentada agora. O pano de fundo é a retomada de um grande processo de privatização da educação”.

Resistência – Para o diretor de Políticas Sociais do sindicato, Yuri Soares Franco, “a resistência popular que precisamos fazer agora passa pelos/as estudantes, pelos/as professores/as e por toda a sociedade. É preciso entender que defender a educação é defender um pilar fundamental de um país soberano, de um povo altivo, que se conhece e sabe dos seus direitos. No DF estamos vivendo a construção de uma unidade”.

Seguindo o mesmo raciocínio, a estudante paranaense Ana Julia enfatizou que “vivemos numa sociedade, todos/as somos sócios/as dessa sociedade. Ninguém é dono/a mais do que ninguém. Por causa disso, nós, estudantes, não podemos deixar de lutar. A luta não acaba com a aprovação da MP. Mesmo aprovada, a resistência deve continuar e poderá ser travada no interior das instituições de ensino”, finaliza.

DEMOCRACIA E FEMINISMO

Como a luta das mulheres produz um mundo melhor para todos e todas

Por Ruth Brochado*

Em 2016, o vice-presidente, a elite brasileira, setores do Judiciário, da mídia e a maioria do Congresso Nacional depuseram uma mulher contra a qual não pesava acusação alguma. Inegavelmente, o discurso do golpe é também machista, o que está atestado na abordagem de boa parte da mídia e nas intervenções de diversos parlamentares.

A desvalorização do salário mínimo, o estrangulamento da Educação e da Saúde públicas, a reforma da previdência, tudo isso atinge de forma mais aguda as mulheres. E mais: à sombra do governo, fortalecem-se discursos e práticas conservadoras que visam a reverter avanços conquistados.

Acontece que a democracia brasileira tem muito da luta das mulheres em sua essência. Vejamos.

No fim dos anos 1970, quando os questionamentos ao regime militar começaram a ganhar força e a abertura política apontava no horizonte, foram as mulheres as protagonistas das primeiras manifestações públicas contra o governo autoritário desde seu endurecimento. O Movimento contra a Carestia surgiu nas periferias das grandes cidades, e era liderado por mulheres donas de casa, de associações de bairro, clube de mães e Comunidades Eclesiais de Base, que sentiam na pele e na mesa de suas casas que a economia do governo autoritário ia de mal a pior.

A redemocratização é produto também do fortalecimento das mulheres enquanto sujeito político coletivo. Não só pelas lutas travadas em oposição à ditadura, mas também pelas disputas levadas a cabo no próprio processo de abertura. A Constituição de 1988 é um exemplo disso. A partir dali, abriram-se espaços para a criação dos mecanismos de cotas, por exemplo. Não é à toa que, hoje, causa profundo estranhamento em toda a comunidade internacional que o Ministério do governo golpista não tenha nem sequer uma mulher.

A ação das mulheres altera a própria concepção de Estado, alargando a democracia. Por muito tempo, prevaleceu a ideia de que “em briga de marido e mulher, não se mete a colher” e que eventos do ambiente doméstico não devem ser tratados politicamente. Isso quer dizer que, para assegurar o direito a uma vida sem violência, foi necessário desafiar o padrão de ação do Estado.

Eram as mulheres rejeitando a separação e hierarquização dos espaços público e privado, que tanto as oprimiam. Somente alterando aquela concepção foram possíveis os avanços que tomaram lugar desde a redemocratização até chegar à Lei Maria da Penha. E nós sabemos que ainda há muito o que avançar.

Quando o Estado compreende que o combate à desigualdade é sim um problema seu, muitas portas se abrem para novas e mais avançadas concepções de cidadania e de democracia. A demanda por direitos, ações afirmativas e políticas públicas transforma a relação Estado-sociedade como um todo. O mundo melhora quando a luta das mulheres prospera. E fica a lição: as mulheres nunca se acovardaram diante da luta em defesa da democracia!

**Ruth Brochado é diretora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras*

Deva Garcia



AS MULHERES TÊM HISTÓRIA

Trajatória do feminismo mostra que as mulheres sempre lutaram contra o estigma da inferioridade, em defesa da igualdade entre os sexos e por direitos

Por Carla Lisboa

Em abril de 2016, quando publicou o perfil da então vice-primeira-dama da República com o título “Marcela Temer: bela, recatada e ‘do lar’”, a revista conservadora *Veja* provocou polêmicas apaixonadas pelo país afora. Do ressentimento à ironia, a matéria ensejou todo tipo de sentimento. O mal-estar foi geral e evidenciou um dos principais motivos da existência do movimento feminista: a luta das mulheres pela igualdade entre os sexos e por direitos civis.

A *Veja* aproveitava-se do momento difícil vivido pelo país, quando a ex-presidente Dilma Rousseff estava ameaçada de perder o cargo, para sugerir que o perfil de mulher gestora não era bom para a sociedade e que o estilo ideal para o gênero feminino deveria ser o modelo de *mélissa* – um tipo de comportamento adotado em Atenas, nos anos 400 antes de Cristo (a.C.), em que a mulher considerada ideal era aquela que não atrapalhava a democracia e se restringia a administrar o lar. Ou seja, a mulher que aceitava, passivamente, um lugar subalterno na sociedade.

As virtudes da *mélissa*, segundo os gregos do V século a.C., consistiam em um comportamento comedido, casto, discreto, submisso, sem luxo, silente, procriador, hábil para administrar

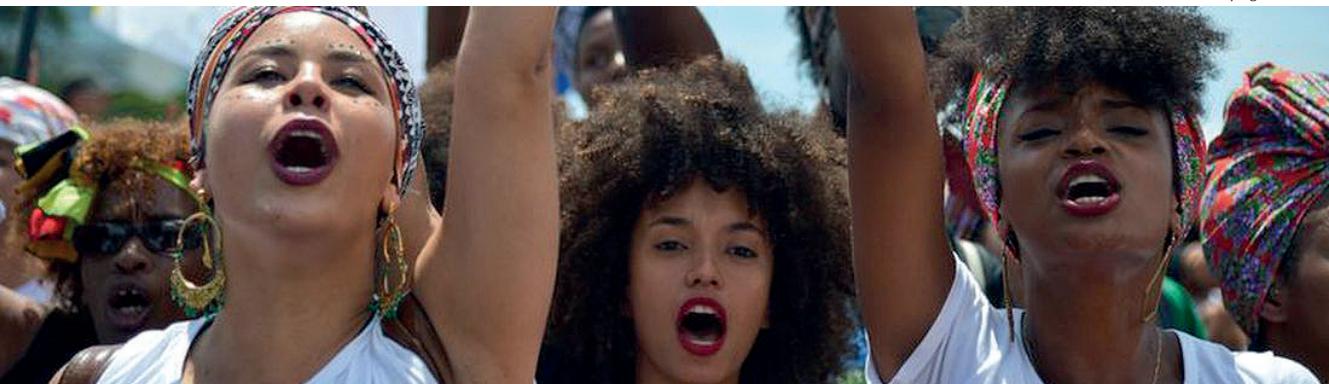
o oikos (a casa ou a família) e recluso, cuja participação social estava limitada à convivência pacífica e “passiva” no interior da casa perante a autoridade masculina.

Posteriormente, à concepção grega de que a mulher era um ser deficiente do ponto de vista intelectual se somou a ideia da deficiência moral, difundida pelo cristianismo em ascensão. A mulher passou então a ser estigmatizada pela sua natureza física, pela suposta inteligência inferior e pelo aspecto psicológico.

Uma história de lutas, perseguição e mortes

A repressão das sociedades patriarcais da Antiguidade e da Idade Média pode ter contido, historicamente, a afirmação das mulheres, embora não tivesse evitado que algumas delas se destacassem. Casos, por exemplo, da camponesa Joana D’Arc, que liderou os exércitos franceses contra os ingleses na Guerra dos 100 Anos, e da matemática e astrônoma Hipácia (350-415 d.C.), considerada uma das mais importantes pensadoras de Alexandria, centro da cultura grega no mundo helenístico, ambas brutalmente assassinadas sob a acusação de bruxaria. Ainda assim, há inúmeras referências à luta por igualdade de gêneros durante toda a história da humanidade, mesmo nos períodos de repressão mais intensa.

Marcello Casal / Agência Brasil



Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, em Brasília, 2015



Nalu Farias, coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF)

Foi somente a partir do século XV, contudo, que a mulher começou a escrever sua própria história. A obra “A sociedade das damas”, de Chistine de Pisan (1363-1430), poetisa franco-italiana, é um registro da luta por igualdade naquele século. Ela acreditava que a educação era a chave para a emancipação feminina. Teoricamente, a obra considerada fundadora do feminismo é o livro “Reivindicação dos direitos da mulher”, da inglesa Mary Wollstonecraft, publicado em 1792. Mas, do ponto de vista concreto, o marco fundador do movimento é a Revolução Francesa (1789-1799). Porque em todos os tempos as mulheres sempre lutaram lado a lado com os homens. Nesse caso particular, contra a monarquia. A diferença é que, ao terminar o conflito, os vitoriosos ordenaram a volta delas para casa e elas se recusaram.

“Em vez disso, exigiram direitos iguais e seu espaço na República”, conta a psicóloga feminista Nalu Faria, coordenadora da Sempreviva Organização Feminista (SOF). E não só não voltaram para casa como criaram os “Círculos de Mulheres”. Começaram a lutar para participar das mudanças revolucionárias. É daí que vem a Carta pelos Direitos das Mulheres e a fama de Olympe de Gouges, uma liderança guilhotinada por causa dessa luta.

“Todavia, a auto-organização das mulheres na Revolução Francesa é considerada o início do feminismo, porque é o momento em que as mulheres se organizam para lutar pelos seus direitos, a começar pela igualdade entre os sexos”, esclarece Nalu.

No Brasil, tivemos Maria Felipa, a Heroína Negra da Independência, que comandou um batalhão de homens e mulheres na Bahia; e Maria Quitéria de Jesus, que também lutou pela Independência comandando um batalhão de mulheres.

MULHERES NO BRASIL – As brasileiras também têm uma história notável de luta pela igualdade de gênero. No Brasil Colônia (1500-1822), tempo de grande repressão às minorias, desigualdades agudas e em que as brasileiras



No início do século XX, sufragistas foram à luta por direitos políticos



eram tratadas como propriedade, lutaram por direitos básicos, como o direito à vida política e à educação. As índias e negras eram consideradas seres de segunda categoria, como não-gente.

No Império (1822-1889), a mulher branca e de classe alta conquistou o direito à educação. Uma das feministas que mais lutou para isso foi Nísia Floresta (Dionísia Gonçalves Pin, 1819-1885). Residiu muitos anos na França e viveu a influência das ideias feministas europeias. Ao voltar para o Brasil, fundou a primeira escola para meninas.

Ao mesmo tempo em que lutavam para ingressar nos sindicatos, partidos políticos e na vida pública, as mulheres que estavam no mercado de trabalho lutaram pelo direito à educação, ao voto, à jornada de trabalho de 8 horas e contra o estupro nos locais de trabalho. Participaram ativamente das greves no início do século, como a greve das costureiras, em 1907.

Em 1917 participaram de uma das maiores greves da época. Influenciadas por ideias anarco-sindicalistas, trazidas por imigrantes europeus. Buscaram melhores condições salariais e de trabalho em fábricas, em sua maioria têxtil, nas quais predominava a força de trabalho feminina. No mesmo ano, foi aprovada a resolução para salário igualitário pela Conferência do Conselho Feminino da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a aceitação de mulheres no serviço público.

As ondas do feminismo

Divide-se a história do feminismo em ondas para facilitar o entendimento. Considera-se a existência da Primeira Onda (1850-1930); da Segunda Onda (1960-1980); da Terceira Onda (anos 1990), marcada pelo neoliberalismo na América Latina e pela institucionalização, pela Organização das Nações Unidas (ONU), das políticas para mulheres. A Quarta Onda é no período do feminismo pós-moderno e, o que vivemos hoje, a Quinta Onda.

A luta pelo direito ao voto é a principal marca da Primeira Onda. Começou na Europa, foi para os EUA e América Latina. As precursoras ficaram conhecidas como sufragistas. Mas o movimento foi muito mais amplo em todo o mundo e mais ligado às ideias de esquerda, do sindicalismo, dos partidos socialistas. O pleito era por educação, pelo exercício determinadas profissões, sexualidade e, com as norte-americanas, o debate econômico.

“A origem do 8 de março está mais vinculada a essa luta das operárias e das socialistas do que à das sufragistas”, diz Nalu. Em 1910, numa conferência de mulheres socialistas, Clara Zetkin propôs o Dia Internacional das Mulheres pelo Direito ao Voto. Depois, por causa da Revolução Russa, que ocorreu em 8 de fevereiro de 1917, no calendário ortodoxo, e, no gregoriano, 8 de março, foi instituído em homenagem às russas.

SEGUNDA ONDA – A Segunda Onda feminista surge no fim dos anos 1960, num pós-guerra de muito desenvolvimento do capitalismo. Período da organização dos Estados de bem-estar social; do advento da pílula anticoncepcional. Com ela, a mulher pôde organizar seu orçamento familiar.

“É marcada também pela presença das mulheres nas cidades, considerando todas as diferenças entre meio rural e meio urbano. Na roça, a mulher trabalhava articulada com a vida doméstica. Na cidade, sai de casa para trabalhar. Isso modifica a forma de inserção

dela no mercado a ponto de muitos dizerem que as mulheres começaram a trabalhar nesse período”, diz Nalu.

Traz ainda uma agenda complexa. Nos países pobres, articula-se com a conjuntura do momento. No Brasil, Argentina e Chile, articulou-se com a luta pela democratização e contra a ditadura. No Brasil, as mulheres estavam organizadas nas Comunidades Eclesiais de Base, nas lutas populares e, por isso, houve uma relação estreita entre o feminismo e o movimento popular.

“No Brasil, as dimensões de raça, sexualidade, organização popular, sindical e campesina foram muito fortes. E, assim, o feminismo foi se ampliando para vários setores e complexando o movimento de mulheres do ponto de vista de ampliação e da definição do que é a agenda e dos elementos constitutivos. O mesmo peso dado, estamos falando dos anos 1980, da sexualidade, era dado a outros setores e aí se vai tendo diferenças em relação a isso”, explica Nalu Faria.

Na avaliação de Vilmara Carmo, diretora do Sinpro-DF, a luta das mulheres 100 anos atrás se repete hoje com as mesmas bandeiras. “Mesmo tendo armas mais sofisticadas, a defesa da representatividade, pelo direito à participação política, a defesa da aposentadoria, contra a violência de gênero, intensificam-se ou recuam dependendo da conjuntura. Mas a luta por dignidade é sempre diária, semanal, mensal e secular”, finaliza.

Marcha das mulheres norte-americanas pela igualdade entre os sexos, em Washington, 1970



COMBATER A LINGUAGEM SEXISTA

Por Goretti Cunha*

A linguagem sexista diz respeito à forma de linguagem discriminatória com que a gramática trata as mulheres, sem evidenciar a sua presença, utilizando somente o gênero masculino ao se referir ao sujeito composto em uma oração gramatical que obriga o gênero feminino a se embutir no gênero masculino.

Segundo Lessa (2011, p.65), a linguagem sexista, apresenta-se também em “expressões impregnadas de estereótipos de desigualdades, desrespeitos, inverdades científicas, preconceitos no que diz respeito a mulheres e homens”. Um exemplo disso é o uso da palavra “homem” para designar e representar as mulheres, que poderia ser substituída por outra palavra que contemplasse os dois gêneros como pessoas, seres ou indivíduos.

O estudo da linguagem sexista é pouco divulgado e, portanto, bastante desconhecido em nosso meio, por isso enfatiza-se a importância de refletirmos sobre o combate da linguagem sexista. Percebe-se que houve uma grande evolução na vida das mulheres na sociedade brasileira, entretanto, ainda falta muito para que as mulheres tenham direitos iguais aos homens. A sociedade

não se dá conta de quanto a nossa língua portuguesa segrega e exclui as mulheres, muitas pessoas acham isso insignificante e acreditam ser mesmo até uma futilidade.

Para Rossi (2012), “a função mais importante da linguagem é a representação, o reconhecimento social, pois aquilo que não se nomina não existe”. E assim a língua diz não somente o que aparenta, mas o que está implícito. A constante exclusão do gênero feminino em textos e discursos formais da língua portuguesa e em outras línguas, contribuem para a permanência da discriminação e da opressão contra as mulheres.

A iniciativa deve partir das mulheres que precisam sentir-se incomodadas, com a forma de tratamento que a linguagem sexista demonstra e existe nos dicionários, nas gramáticas, em textos, discursos orais, escritos e em todos os meios de comunicação, para que procurem transformar a prática cotidiana da língua para torná-la justa, mais viva e atualizada, mostrando a forte e determinante presença da mulher. Quando se reconhecer a mulher como peça fundamental da política, da educação, do bar, do lar e do mundo... aí sim conquistaremos a nossa tão sonhada igualdade de direitos.

Deva Garcia



* Goretti Cunha é diretora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

O PAPEL DOS SINDICATOS NA LUTA POR DIREITOS

O PL 6787/16, do Poder Executivo, atende aos anseios do patronato e visa a extinguir as conquistas trabalhistas. A história do sindicalismo resgata a luta e a resistência da classe trabalhadora

Recentemente, ao visitar uma escola da rede pública de ensino, uma diretora do Sinpro-DF foi abordada por uma colega que queria saber o que o sindicato está fazendo para defender os direitos da categoria. A preocupação da professora faz sentido, afinal, o Brasil vive uma luta surda entre as classes trabalhadora e empresarial.

Neste momento, os/as brasileiros/as vivem à sombra de uma reforma trabalhista, um movimento empreendido pelo governo neoliberal de Michel Temer que vai resultar na extinção de direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora ao longo do século passado e irá pôr sob ameaça a própria existência dos sindicatos.

Entender as reformas que estão em curso no país, notadamente a trabalhista e suas consequências sobre o funcionalismo público e a iniciativa privada, requer uma viagem no tempo, a uma época em que os/as trabalhadores/as se organizaram para sair da situação de subempregados/as e mão de obra semiescravidada para a condição de trabalhadoras/es, com direitos assegurados em lei, salário mensal, férias, 13º salário, recesso semanal e alguma qualidade de vida.

A classe trabalhadora brasileira lutou muito para conquistar esses direitos que hoje aparecem nos contratos de trabalho como algo natural e que sempre existiram, como, por exemplo, o direito à jornada de 8 horas diárias, ao 13º salário, às férias, à aposentadoria, à hora

do almoço e outras conquistas asseguradas por um conjunto de legislações que impedem abusos do patronato.

E são justamente esses direitos, garantidos na legislação, que a reforma trabalhista em tramitação no Congresso Nacional quer eliminar. Autor do Projeto de Lei (PL) nº 6.787/16, o Poder Executivo justifica a flexibilização das leis trabalhistas com o discurso de que haverá mais emprego e que é preciso modernizar as relações trabalhistas.

O PL resgata o velho desejo do patronato de retomar a prevalência do negociado sobre o legislado. Ou seja, a reforma estabelece a prevalência de acordos e convenções coletivos entre patrões e empregados sobre a legislação. Com isso, além de acabar com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT ou Decreto-Lei 5.452/1943), enfraquece o poder dos sindicatos.

Em uma das audiências realizadas em fevereiro deste ano pela Câmara dos Deputados, o Procurador Renan Bernardi Kalil, que coordena a área sindical do Ministério Público do Trabalho (MPT), afirmou que não existe uma correlação que associe diretamente a aprovação de medidas para reduzir direitos com a geração de empregos. Kalil disse que o emprego virá a partir da retomada da atividade econômica e do desenvolvimento do país, como ocorreu durante os anos de 2002 a 2014, não com a revisão da legislação trabalhista.



Greve das costureiras, em 1907, marcou presença das mulheres na vanguarda da luta por direitos

Sindicalismo na Era Vargas

O sindicalismo nasceu no Brasil no fim do século XIX e início do XX sob a influência do movimento anarco-sindicalista, trazido por imigrantes europeus que substituíram a mão de obra escrava. Contou com intensa participação das mulheres que deflagraram greves históricas, como a de 1907, denominada de greve das costureiras, e a de 1917.

“Era sindicalismo baseado no enfrentamento, por entender a necessidade de superação do Estado como forma de organização social. As mulheres, por exemplo, também influenciadas pelas ideias feministas e da luta de classes, pleitearam a jornada de trabalho de 8 horas, igualdade salarial, direito ao voto e outras reivindicações”, lembra Eliceuda França, diretora de Assuntos Culturais do Sinpro-DF.

A partir da década de 1930, nos governos de Getúlio Vargas, após uma série de medidas governamentais, como a criação do Ministério do Trabalho, da CLT e das entidades, o sindicalismo abandonou a característica de um sindicalismo de enfrentamento para se tornar sindicalismo de conciliação com o Estado.

“A criação do imposto sindical, tornando-se uma das maiores fontes de financiamento dos sindicatos, aliado ao conceito de sindicato único, negou aos e às trabalhadores/as

a liberdade de organização sindical e, ao mesmo tempo, ensejou a consolidação dos sindicatos cartoriais sem compromisso com a mobilização e com a organização das categorias que representavam. O modelo de organização proposto e implantado na era Vargas foi tão apropriado para apassivar a classe trabalhadora que a ditadura militar não o alterou”, lembra Cleber Soares, diretor de Imprensa e Divulgação do Sinpro-DF.

Ele explica que os sindicatos nasceram a partir da necessidade dos/as trabalhadores/as em se organizarem por melhores salários e condições de trabalho, contra a exploração de capitalistas burgueses que exploravam cada vez mais a classe trabalhadora e, em contrapartida, ficavam cada vez mais ricos. A legislação varguista, ao institucionalizar o movimento sindical, além de priorizar a prática de conciliação com o Estado, também retirou da classe trabalhadora a perspectiva de luta de classes.

Deva Garcia



Eliceuda França, diretora da Secretaria de Assuntos Culturais



Mulheres se mobilizam na ditadura militar contra a intervenção nos sindicatos

Fim do sindicalismo cartorial e renascimento do sindicalismo autônomo

O golpe militar de 1964 aprofundou esse tipo de situação e, para desmobilizar os/as trabalhadores/as de uma vez por todas, acabou com o direito à organização sindical e com os sindicatos e implantou a perseguição política. Os sindicatos foram transformados em associações. Apesar das resistências, somente no fim dos anos 1970 trabalhadores/as reuniram força para recriar o movimento sindical.

A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em 1983, “foi um dos desdobramentos da reorganização dos movimentos sociais e do movimento sindical no Brasil, nos últimos anos da década de 1970, no âmbito da luta contra a ditadura militar por democracia e cidadania. É a maior do país, reconhecida internacionalmente como a mais importante do hemisfério sul”, informa Cleber Soares.

É a central sindical que tem maior experiência acumulada de participação e organização das mulheres. A organização das mulheres trabalhadoras na CUT e a criação da CNMT (Comissão Nacional da Mulher Trabalhadora) foram um desdobramento de três processos que se cruzaram na sociedade brasileira, entre os anos 1970 e o início da década de 1980. São eles: a entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho; o movimento de mulheres e o feminismo; o novo sindicalismo.

E criaram condições históricas que interferiram na dinâmica do relacionamento entre os sindicatos e as mulheres; entre as mulheres e os sindicatos; e favoreceram uma aproximação entre o feminismo e o sindicalismo. “E assim, nossa atuação na Central, como mulheres organizadas, provocou o debate sobre a divisão sexual do trabalho e as relações de poder”, explica Eliceuda França, diretora de Cultura do Sinpro-DF.

“Buscamos articular os temas gerais da política da Central com os temas específicos das mulheres na perspectiva de promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, tanto na perspectiva de intervir nas políticas públicas quanto nas relações de trabalho, atuando a partir de cinco eixos de atuação: o combate a todas as formas de discriminação na sociedade, no mundo do trabalho e no movimento sindical; a intervenção nas políticas públicas; a organização das mulheres na CUT; o fortalecimento da interface com todas as políticas e projetos da CUT; o fortalecimento da articulação com o movimento sindical internacional, movimentos sindicais e ONGs na defesa dos direitos das mulheres”, lembra a diretora.

Cleber Soares, por sua vez, recorda que “a proposta de reforma trabalhista proposta pelo governo federal exige unidade e mobilização da classe trabalhadora para impedir um retrocesso de mais de 100 anos”.

A OPRESSÃO DA MULHER E A LUTA DE CLASSES

Por Meg Guimarães*

A crise do sistema capitalista em decomposição tem acirrado a luta de classes no mundo todo, atingindo diretamente mulheres como vemos quando se propõe igualar idade de aposentadoria entre homens e mulheres. A burguesia usa os mecanismos disponíveis para impedir que a classe trabalhadora se organize de forma unitária. Daí a necessidade de defender as organizações construídas pela classe para a luta pelas reivindicações.

Com o surgimento do capitalismo a opressão das mulheres permaneceu. A queda da Bastilha em 1789 não garantiu o voto feminino, sendo admitido pela burguesia francesa apenas em 1945. Com a Revolução Russa de 1917, na democracia operária, mulheres tinham direito a votarem e serem votadas para cargos públicos, conquistaram a igualdade de direitos perante o matrimônio, o direito ao aborto, a igualdade de salário em relação aos homens pelo mesmo trabalho, licença maternidade, jornada de trabalho de 8h, dentre outras medidas que criavam condições para que mulheres pudessem superar a situação vulnerável em que viviam.

Elevar a participação feminina em espaços de decisão é uma necessidade, mas é preciso refletir sobre qual o meio mais eficaz de atingir

a meta. As cotas femininas não garantem que mulheres assumam um lugar de fato nos espaços decisivos. A paridade inviabiliza a livre discussão ao criar imposições que ficam na aparência e podem constrianger mulheres que devem se inscrever para preencher as vagas, mesmo que não sintam a necessidade de falar. A composição decorativa de mulheres em uma mesa não combate a opressão, e pode até instrumentalizá-la.

A política de antagonismo de gênero aflora a disputa entre homens e mulheres, como se a luta de gênero fosse universal e superior à luta de classes. Sabemos que mesmo com uma revolução proletária os problemas de opressão das mulheres não acabariam, em parte, devido ao aspecto cultural, que fica enraizado no povo e que leva gerações para mudar. Alguns dos problemas iminentes derivados da opressão da mulher devem ser combatidos transitoriamente, mesmo antes de uma revolução em escala mundial.

Para colocar a mulher trabalhadora à frente da luta contra a opressão, há de se ter a luta de classes como base. Companheiros na própria esquerda reproduzem de forma equivocada práticas machistas. Queremos educá-los para que percebam seu erro. Não temos interesse em estimular o ódio de gênero ou um acirramento que possa dividir a nossa classe. Nosso espaço conquistamos quando nos formamos como dirigentes, capazes de estar em pé de igualdade com nossos companheiros. Nossa luta como mulheres não é separada da luta do conjunto da classe trabalhadora, mesmo tendo questões específicas que não deixamos de abordar já que no capitalismo, trabalhadoras acabam sendo mais oprimidas que trabalhadores, exatamente por isso devemos lutar juntos.

Deva Garcia



* Meg Guimarães, vice-presidenta da CUT Brasília e diretora da Secretaria de Formação Sindical

ESCOLA SEM PARTIDO OU EDUCAÇÃO SEM PENSAMENTO?

Disfarçado de proposta para combater práticas político-ideológicas, o projeto é uma ação partidária e conservadora para implantar censura e perseguição

Por Luis Ricardo Machado

Em tramitação na Câmara dos Deputados desde 2015, o Programa Escola sem Partido tramita como Projeto de Lei (PL) nº 867, do deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF). Em 2016, ele começou a tramitar no Senado Federal como Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES).

Apelidado de Lei da Mordaça, trata-se de um programa que propõe transformar em lei as convicções conservadoras que conduzem ao pensamento único, caracterizado pela intolerância ideológica e a perseguição política a professores/as. Os PLS afrontam a autonomia didática e infringem a Constituição Federal em vários artigos.

Subordinam também conteúdos e atividades escolares às crenças de instituições religiosas, mães/pais ou responsáveis pelos/as educandos/as e apontam o ensino de sociologia, filosofia, história, geografia e outras disciplinas que transmitem conhecimentos humanísticos e promovem a formação para a cidadania como doutrinação ou cooptação política e ideológica em sala de aula.

O programa coloca a crença ou a moralidade dos pais – e não a crença e a moralidade do/a educando/a, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – acima do conhecimento a ser aprendido na escola e adota o monitoramento e a patrulha ideológica como critério e mecanismo de controle “familiar” da educação escolar,

podendo até resultar em punição para os/as docentes “desobedientes”.

“O conteúdo dos dois projetos infringe as leis que regem a educação escolar do país, o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal. Trata-se de uma afronta direta à democracia e a diversos princípios constitucionais. Não é à toa que a Constituição de 1988 distinguiu a educação familiar da educação escolar, do ensino, e atribuiu ao ensino o papel principal de preparar o/a educando/a para o exercício da cidadania”, lembra Ruth Oliveira Brochado, diretora da Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF.

Ela explica que, “se, de um lado, o Programa Escola sem Partido afronta o ordenamento jurídico do país, que proíbe a imposição de uma educação familiar que visa a obrigar a criança a se tornar fiel a uma determinada crença; de outro, ele infringe a Constituição ao impedir e ao punir o livre exercício da atividade intelectual e científica, assegurado ao/à professor/a pelos artigos constitucionais que estabelecem a liberdade de ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber no Brasil”.

“O Programa Escola sem Partido acaba com a autonomia didática do/a professor/a, a autonomia pedagógica da escola e a autonomia universitária, os quais traduzem outro importante princípio constitucional, segundo o qual a educação deve se orientar pelo pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, alerta a diretora.

Eu vos contemplo,
Pelas grades insensíveis,
Meu sonho,
É uma grande rosa,
Minha poesia,
Luta.”
(Emmanuel Bezerra dos Santos,
As gerações futuras)

Obrigada!
olgafreitas26@gmail.com



Diretora Rosilene Corrêa e professora Olga Freitas em debate sobre a Lei da Mordaza com estudantes do CEMAB

Deva Garcia

É lembra que, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, “a educação pública deve se pautar pelo pluralismo de ideias e transmitir livremente a ciência e a arte, preparando o/a educando/a para desenvolver o pensamento crítico e respeitar a diversidade, a alteridade e a divergência de opiniões, que caracterizam as sociedades democráticas”.

Tudo isso se torna letra morta na proposta de Miguel Nagib, o advogado que idealizou o Programa Escola sem Partido e tem sustentado a proposta com um discurso que suscita o ódio e a aversão à liberdade político-ideológica e de expressão, assegurada na lei desde que acabou a ditadura militar, na segunda metade dos anos 1980, e o país pôs em curso uma Constituição Federal que legisla para assegurar e promover a cidadania a todos/as os/as brasileiros/as.

O Escola sem Partido é mais uma ação conservadora para implantar a censura,

promover a perseguição ideológica e instituir a intolerância à liberdade de pensamento no ambiente escolar. Não bastasse isso, em caso de descumprimento das “normas” preestabelecidas, o/a professor/a poderá ser acusado de assédio ideológico e cumprir pena de 6 meses a 3 anos de prisão.

A exemplo da redução da maioria penal, da reforma do Ensino Médio e de outros projetos conservadores, como o que infringe a Constituição e impõe a existência de autorização prévia do Estado para realização de manifestações e protestos, o Escola sem Partido vai na contramão também dos ensinamentos do educador Paulo Freire contidos em toda a sua obra, notadamente no livro “Pedagogia do Oprimido”.

Nessa obra, Freire propõe uma pedagogia como nova forma de relacionamento entre professor/a, estudante e sociedade. E identifica com exemplos cotidianos esse tipo de afronta que o advogado Miguel Nagib quer impor à classe trabalhadora



Diretores do Sinpro-DF em vigília na CLDF contra a Lei da Mordança, em 2016

Deva Garcia

brasileira quando diz que “seria uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvessem uma forma de educação que proporcionasse às classes dominadas perceber as injustiças sociais de maneira crítica”.

Ideologia de gênero

O conservadorismo dos PLs do Escola sem Partido tem como elemento central o debate de gênero e sexualidade nas escolas. Os partidários do movimento Escola sem Partido instituíram o debate de gênero como o grande inimigo a ser combatido pelas famílias e “cidadãos de bem”. “Esse programa tem o objetivo claro de inviabilizar e criminalizar todas as iniciativas educativas dos/as professores/as que abordem temas como desigualdades de gênero, diversidade sexual, combate ao preconceito racial, ao sexismo e à LGBTfobia. Além disso, materiais didáticos e paradidáticos com abordagem crítica e reflexiva sobre esses temas são alvo de ataques dos partidários desse movimento. Todo o material e a discussão sobre os temas transversais, segundo eles, “doutrinariam” estudantes, forçando-os a aceitar a ideologia de gênero”, afirma Ruth.

Ela lembra que os autores dos PLs da Mordança inventaram a ideologia de gênero, para restringir a liberdade de cátedra. “Na literatura feminista, o conceito de gênero aparece pela primeira vez em 1975, na definição de Gayle Rubin. Basicamente, trata-se de afirmar que a desigualdade entre homens e mulheres, geradora de toda sorte de violência, conflitos e exclusão, não é natural, e sim, construída socialmente. Isso quer dizer que a opressão das mulheres é sustentada há séculos por valores morais e práticas sociais e econômicas que condenam a mulher à submissão. De acordo com os idealizadores da Lei da Mordança, são esses os valores morais que devem circular livremente nas escolas, sem questionamento ou confronto de ideias”, complementa.

Freio nos avanços em direitos humanos

Imagine uma escola sem debates políticos, sem movimento estudantil, análise histórica, pluralidade de ideias, questionamentos e críticas dos estudantes. É isso que a deputada distrital Sandra Faraj (SD) e o deputado federal Izalci Lucas (PSDB-DF) pretendem instituir no Distrito Federal e no país com os projetos de lei que instituem o Programa Escola sem Partido.

Os dois parlamentares já demonstraram várias vezes, por meio de suas atitudes, completo desprezo pela democracia ao sugerir a censura de conteúdos e a fiscalização da liberdade de ensinar. São parlamentares que defendem práticas autoritárias, características dos períodos ditatoriais. O PL impede professores/as de ensinar e os/as estudantes de aprender, em que o profissional apenas emite o conteúdo, como se fosse um robô, sem provocar o diálogo e a reflexão, precarizando o ensino e censurando a interação dentro da sala de aula.

Michel Platini, presidente do Conselho de Direitos Humanos do Distrito Federal, acredita que o propósito dos mentores e defensores dos PLs da Mordça é acabar com avanços históricos. “Lutamos por uma escola progressista para a gente pautar a sociedade e suas contradições, bem como mostrar nas escolas a importância de se discutir as temáticas dos direitos humanos, a inserção de uma escola cada vez mais libertária para se construir uma sociedade mais justa e melhor. Queremos fortalecer a educação em direitos humanos e a estratégia de uma educação revolucionária que toque nas temáticas de direitos, que passa por uma escola livre, sem a interferência de políticos ligados a bancada fundamentalista”, afirma Platini.

Olga Cristina Rocha de Freitas, professora da rede pública de ensino do DF, salienta que o PL quer calar a voz feminina, além de ser um dos maiores retrocessos impostos à educação. “Além de calar a boca dos/as professores/as, esse projeto pretende amordaçar as mulheres, porque o magistério é constituído majoritariamente por mulheres. Quando pressupõe que professores/as não podem debater temas contemporâneos, os PLs revelam-se totalmente antidemocráticos, que ferem a liberdade de cátedra do professor, que acaba com a existência de debates sobre

temas importantes, principalmente pelo fato de o Brasil ser tão rico no que se refere à diversidade étnico-racial, de gênero e cultural”, comenta.

Ela não vê perspectiva de uma sociedade mais justa com o Programa Escola sem Partido. “Como se constrói cidadania sem o debate de temas sociais do tempo presente? É como se a escola não fizesse mais parte desta sociedade. É uma lei extremamente autoritária e que interfere nos processos de construção de conhecimento e troca de saberes. Esta proposta não tem nada de apartidária. Ela defende a ideologia de um grupo conservador, inclusive ferindo o Estado laico”, ressalta Olga Cristina.

“Uma população crítica é mais difícil de ser manipulada. E é isso que incomoda os parlamentares que tentam impor este programa e irrita o advogado Miguel Nagib”, afirma Olga Freitas. A diretoria colegiada do Sinpro-DF defende a retirada de todos os projetos de lei ligados ao Escola sem Partido em tramitação na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e na Câmara dos Deputados por acreditar que é a partir da pluralidade de ideias, de uma aula alicerçada em debates abertos e no respeito à democracia que o Brasil terá uma escola mais capacitada para a construção de uma sociedade mais justa, crítica, contextualizada, plural e não robotizada e subjugada.

Ela considera esse programa mácula significativa na democracia brasileira. E informa que “o PL da Mordça compromete de forma significativa a busca por uma escola pública de qualidade e ignora o que já está definido na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases (LDB), utilizando do slogan “sem partido” para defender uma absoluta partidarização da escola, com o objetivo de censurar os professores”, finaliza Olga.

IDENTIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM SALA DE AULA

Em uma sociedade cada dia mais conservadora, educadoras lutam para fortalecer esse debate nas escolas, semeando informação e promovendo igualdade

Por Tomaz de Alvarenga

Ultimamente, os ataques à educação pública têm surgido das mais diversas esferas e localidades. Os Planos Municipais e Estaduais de Educação (PME e PEE) são aprovados nas Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas com a exclusão do termo “gênero”.

Ao retirar o termo, furtam dos/as educadores/as o direito de ensinar e, dos/as educandos/as, o de aprender. E, assim, parlamentares eleitos para fortalecer a educação pública, promover uma sociedade mais justa e assegurar a cidadania, como define as Constituições Federal e estaduais, executam justamente o contrário: furtam das crianças e adolescentes o direito de acesso ao conhecimento e subtraem delas/es o direito ao debate necessário para sua formação cidadã.

É papel fundamental da educação e da escola públicas proporcionar a reflexão, aguçar as percepções e sentimentos dos/as estudantes em prol de uma convivência mais humana que combata as intolerâncias e os desrespeitos, como, por exemplo, a lesbofobia e o *bullying*.

A instituição de ensino tem, portanto, um papel importante a desempenhar: o de criar situações adequadas de reflexão que permitam aos/as estudantes confrontarem sentimentos, percepções e comportamentos, buscando alternativas para uma convivência saudável e produtiva dentro de um espaço cada vez mais marcado pela diversidade.

O exemplo recente de um colégio de Porto Alegre, no qual as estudantes fizeram um abaixo-assinado intitulado “Vai ter shortinho,

Tomaz de Alvarenga

Secretarias de Raça e Sexualidade e de Mulheres do Sinpro-DF promovem formação regionalizada sobre feminismo, gestão democrática e lesbofobia



sim” deixa claro que o ambiente escolar não pode ser engessado na transmissão dos conhecimentos e nem nas relações sociais que se desenvolvem dentro da escola. Esse local é moldado e forjado por todas e todos que o constituem, é uma construção coletiva e contínua.

Mesmo fora do Plano Nacional de Educação (PNE) e de muitos PEEs e PMEs, muitas escolas buscam estes canais de diálogos em que a identidade do gênero esteja relacionada com outras temáticas importantes acerca da sexualidade, como a gravidez na adolescência, a iniciação sexual e a prevenção das doenças sexualmente transmissíveis. Na maioria das vezes, a escola apresenta a discussão e o conhecimento que, geralmente, são omitidos pelos pais e mães.

Rejeição na comunidade

Jaqueline Anjos, vice-diretora do Centro Educacional nº 04 (CED 04), do Guará, diz que a escola tem pouco mais de mil estudantes com idade a partir dos 14 anos. Mais de 90% deles e delas são da Cidade Estrutural. Ela afirma que a incidência de gravidez na adolescência é alta.

“Há muitos casos de conflitos em casa, de abusos, de abandono do lar para começar a vida a dois. Elas/es namoram muito cedo, praticam sexo precocemente e, muitas vezes, não se previnem. Normalmente, os garotos não assumem a paternidade e muitas estudantes se tornam mães solteiras no início da adolescência. E a situação fica assim, geralmente, porque se trata de relações entre adolescentes que não têm condições de assumir uma família”, analisa a orientadora.

Ela diz que ações realizadas na escola envolvem projetos sobre sexualidade reprodução. “Temos um projeto com o qual tratamos da sexualidade e da reprodução. Até por isso, temos dois intervalos, um

Jaqueline diz que o ambiente escolar não pode ser engessado



convencional e, o outro, que é o intervalo cultural, nas quais as/os estudantes fazem, por exemplo, peças de teatro. Tivemos uma peça, recentemente, só com estudantes homossexuais que retratava a homofobia. Esse projeto saiu até na mídia. E os ensaios desta peça tiveram rejeição na própria comunidade (Estrutural). Eles enfrentaram a violência para que os ensaios ocorressem. É essa a realidade”, denuncia.

Jaqueline deseja reformular o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e trazer para a escola ações sobre educação sexual porque, às vezes, alguma professora desenvolve o tema na aula, mas o intuito é fazer algo interligado, mais forte. “Na verdade, a gente faz, mas queremos reforçar, pois é um tema que não dá para parar de debater e excluí-lo do currículo”, ressalta.

Uma das grandes dificuldades é a relação com a comunidade escolar. “A família é ausente. E a questão religiosa é muito forte. Esses diálogos que promovemos sobre sexualidade e, principalmente, sobre relações de gênero, não existem em casa. Às vezes as próprias mães, até ex-estudantes nossas, não têm essa liberdade de conversar sobre essas coisas com as/os filhas/os). Por isso queremos realizar um trabalho conjunto com as mães e os pais, que não aceitaram e não gostaram quando



Zenilda: “No CEM 2 há tolerância com a identidade de gênero”

apresentamos esse projeto de sexualidade. É importante que isso esteja no PPP”, afirma.

A orientadora conta que as famílias resistiram até durante a campanha de vacinação do HPV. “Acharam que a vacinação incentivaria ou anteciparia a iniciação sexual das/os filhas/os. Não adianta a gente trabalhar as/os estudantes, se a família não se comunica conosco e com as/os filhas/os. Quando as mães e os pais, finalmente, assumem a condições das/os filhas/os, geralmente, é tarde demais. É quando já ocorreu, por exemplo, uma gravidez indesejada”, diz.

O exemplo que vem delas

O CEM 02 de Ceilândia tem um pouco mais de dois mil estudantes com idades a partir dos 14 anos. Seus corpos docente e discente tem mais tolerância com a identidade de gênero. “Ano passado tivemos um caso de uma estudante que se identificava como menino. O nome era Flávia, mas queria ser chamado de Alex e foi atendido. Ele começou a ser chamado de Alex, passou a ser visto como um menino. Só que ele não gostava de usar o banheiro feminino e se sentia constrangido de entrar no banheiro dos meninos. A solução foi usar o banheiro utilizado por pessoas deficientes”, conta Zenilda.

Ela observa que quando a situação é inversa, a aceitação é bem maior e compara o caso de Alex com o de um menino que se via como menina, mostrando que a tradição patriarcal da sociedade define até a diferença entre a aceitação do menino e da menina homossexual.

O nome era Eduardo e passou a atender por Duda. Ela foi muito bem aceita por todas as meninas da escola, até mesmo usando o banheiro delas.

“A recepção é maior entre as meninas, exatamente por nossa sociedade ser muito machista e do fato de os homens serem mais preconceituosos, é algo que está impregnado na cultura masculina”, salienta. Para a orientadora, o maior desafio é trazer mães e pais para a escola, pois, segundo ela, as reuniões com mães e pais têm um retorno de apenas 350 delas/es. Um número pequeno em relação ao total de estudantes. “Este é um grande desafio, mas acredito que a gente chega lá”, espera.

Projeto para estudantes LGBT

Zenilda afirma que a escola discute, dentro de um projeto mais amplo de direitos humanos, a diversidade, a prevenção das drogas e a gravidez na adolescência, bem como a sexualidade e as relações de gênero. No primeiro bimestre, a escola trabalha os 30 artigos sobre direitos humanos, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei Maria da Penha. No segundo, discute a prevenção ao uso das drogas, a sexualidade, as DST, a gravidez na adolescência e a diversidade de gênero. No terceiro, trabalha com a inclusão, a consciência negra, dentro do tema dos direitos humanos. “São todos temas transversais e necessários”, diz.

De iniciativa do professor Leonardo Café, o projeto “Portas abertas – Apoio, orgulho e respeito!” tem o intuito de ajudar os/as estudantes a enfrentarem os preconceitos e as agressões das pessoas em relação a sua sexualidade e aos próprios conflitos da pessoa também relacionados à opção sexual que ela escolheu a fim de que eles e elas se sintam fortalecidos/as, representados/as e instruídos/as enquanto cidadãos e cidadãs.

Trata-se de uma iniciativa quinzenal de empoderamento para estudantes LGBTs da escola, com palestras, oficinas e compartilhamento de conhecimentos e experiências. “A iniciativa partiu de uma motivação pessoal e da observação resultante de 10 anos do trabalho desenvolvido na escola. Conversei com a Zenilda, com as(os) professoras(es) de sociologia e vimos a necessidade de esses/as estudantes têm da representatividade, do empoderamento e também na própria questão de aceitação”, diz o professor.

Ela diz que, a partir daí, criou projetos, pautados em objetivos, justificativas, metodologia, enfim, uma coisa bem alicerçada, protegendo-nos até de forma jurídica, já que vivemos em época de projetos como o “Escola sem Partido”, que, além de outras aberrações, prega desavergonhadamente a intolerância. Ele foi apresentado durante a semana de coordenação para às/aos professoras/es e será implantado

durante o ano letivo para este público restrito de 30 estudantes meninos e meninas, pois nosso primeiro pilar é ser um grupo de apoio, para futuramente, abrir para a escola em outros momentos”, descreve o professor.

Iniciativas no CEF 02, do Guará

A professora Thaísa Barros atuou no CEF 02, do Guará. No ano passado, desenvolveu um projeto sobre gênero que abordou a questão da mulher e da homofobia. Ela conta que a equipe trabalhou com tranquilidade, apesar da perseguição que o tema suscita.

Ela diz que a escola tem o próprio PPP, aprovado pela comunidade, frisando a importância de se empenhar na convivência, não no mero ‘bom dia’, mas de trabalhar a convivência socioeconômica e cultural, até mesmo utilizando mecanismos que o Governo do Distrito Federal (GDF) proporciona, como o “Jogo da Mulher” para trabalhar



Equipe de Santa Maria aponta a violência lesbofóbica como maior desafio a ser trabalhado na rede pública de ensino

Professoras/es realizam oficina sobre gênero



a Lei Maria da Penha. “Trabalhamos, por exemplo, a concepção da tripla jornada de trabalho instituída pela sociedade patriarcal e capitalista com os meninos e as meninas, sensibilizando as mães de como essa realidade da vida delas se insere na vida das/os filhas/os”, afirma.

A professora ressalta o papel da escola de refletir sobre a importância da mulher a fim de conscientizar as estudantes e evitar diversas agressões a que são submetidas. “O feminismo em si é uma escolha da pessoa, mas o trabalho sobre a história, a consciência e a vivência da mulher na sociedade não.

Essa temática precisa ser trabalhada por todo mundo, em todas as escolas. Vivemos num dos piores países do mundo para se nascer mulher. Temos alto índice de violência de gênero, condições socioculturais opressivas, a sexualização negativa da mulher, que gera uma cultura que trata a mulher como um objeto de posse dos seres masculinos na sociedade”, analisa.

Thaísa afirma que, muitas vezes, o abuso sexual, principalmente contra as estudantes do Ensino Fundamental, não é considerado abuso pelos próprios parentes. “É muito difícil para as mães admitirem esse tipo de abuso, pois elas teriam de reconhecer abusos que elas sofreram na infância e que as avós também sofreram, e que sempre foi considerado ‘natural’. Por isso, esse trabalho de conscientização é de vital importância”, aponta a professora.

Ela realizou oficinas sobre as mulheres na história do Brasil e observou que os livros didáticos mostram apenas o homem branco, da elite brasileira, como protagonista de nossa história. “Trabalhamos a economia doméstica também para meninos, ensinando que eles também fazem parte disso, que isso não é uma questão apenas feminina”, relata.

A professora entende que não há como construir uma sociedade democrática, “enquanto ensinamos as pessoas a reforçarem todos os tipos de discriminação por causa da cor da pele, do tipo de cabelo, do gênero, por qualquer coisa. Se a escola tem a missão de formar cidadãos, ela não pode reforçar preconceitos e não ensinar a cidadania”, finaliza.

ASSÉDIO MORAL: UM CRIME PRATICADO DIARIAMENTE

Ele provoca desde problemas físicos até graves patologias psicológicas. O Sinpro-DF busca combatê-lo com campanhas de conscientização no ambiente escolar

Por Luis Ricardo Machado

O assédio moral é um dos mais perversos tipos de violação à integridade e à dignidade humanas. Reincidente no local de trabalho, ele é uma das formas de agressão mais frequentes na atualidade e chega a alcançar níveis alarmantes, haja vista o grande número de pacientes com problemas psicológicos e com dificuldades de se relacionar socialmente e no ambiente de trabalho. Geralmente, o assédio começa com comentários irônicos, críticas depreciativas e humilhação. Mas aprofunda para outros tipos de agressão e provoca problemas que vão da desestruturação psicológica à perda de autoconfiança e autoestima.

Dentre os elementos caracterizadores do assédio, destacam-se a conduta abusiva, a natureza psicológica do atentado à dignidade psíquica do indivíduo, a reiteração da conduta e a finalidade de exclusão. A ação sistemática e lenta realizada no dia a dia de trabalho provoca consequências, às vezes, irreparáveis. Esse tipo de abuso é reincidente na rede pública de ensino do Distrito Federal e é responsável por boa parte dos atestados médicos. Muitas professoras e orientadoras educacionais adquirem uma série de doenças e não encontram os motivos. Os sintomas mais comuns do assédio moral são a insônia, a depressão, a fadiga, o emocional perturbado, as crises de choro, os lapsos de memória, o sentimento de desvalia, a

inibição, a síndrome de pânico, a hipertensão arterial sistêmica, o diabetes, dentre outros.

Em alguns casos, o assédio moral pode desencadear a Síndrome de Burnout, um dos problemas mais graves constatados em pesquisas. A presença dessa doença nos educadores é, hoje, um grave problema social, com um quadro sintomático preocupante, uma vez que afeta uma das capacidades mais importantes da prática docente: a interação com o/a estudante.

Violência invisível

Fenômeno multicausal originado pelas relações de trabalho na sociedade capitalista contemporânea, o assédio moral tem outras origens, tais como os aspectos organizacionais da instituição; a disputa pelo poder e status na comunidade escolar; as ameaças apresentadas pelo/a subordinado/a quando visto/a como muito competente; retaliação contra queixas e críticas que não são aceitas; discriminação (por motivos étnico-raciais, de gênero ou em razão da orientação sexual); tentativa de incitar a demissão voluntária e outras causas.

Apesar da inexistência de uma lei federal que puna essa agressão, o Distrito Federal conta com uma importante ferramenta: a Lei nº 2.949, de 2002, que institui, em caso de verificada a ocorrência de assédio moral praticado por servidor/a, sanções



disciplinares previstas no regime jurídico dos servidores ao/à servidor/a que praticar o crime.

A Secretaria de Saúde do Trabalhador do Sinpro-DF realiza um trabalho direcionado às professoras da rede pública de ensino que passam por situação de adoecimento por causa do assédio moral nas escolas. A Clínica do Trabalho realiza uma ação preventiva nas instituições de ensino e de escuta no próprio sindicato. “O que se percebe na escuta do dia a dia é que o adoecimento psíquico acontece em razão da forma que se dá na organização do local de trabalho”, afirma Gilza Camilo, diretora da Secretaria de Saúde do Trabalhador do sindicato. Ela diz que a demanda é muito grande e o sistema não respeita o(a) professor(a), demandando projetos fora da realidade, excesso de relatórios, falta de reconhecimento e a própria violência da sociedade, que repercute dentro da escola. Com isso, o(a) professor(a) precisa fazer um trabalho de psicólogo, pai e educador.

“O assédio moral caracteriza-se pela degradação deliberada das condições de trabalho em que prevalecem atitudes e

condutas negativas dos(as) chefes ou dos(as) colegas em relação aos(as) colegas. Isso resulta numa experiência subjetiva que acarreta prejuízos práticos e emocionais tanto para o(a) trabalhador(a) como para a organização”, explica Gilza. Ela afirma que a vítima escolhida é isolada do grupo sem explicações, passando a ser hostilizada, ridicularizada, inferiorizada, culpabilizada e desacreditada diante dos/as colegas.

“O medo do desemprego e de ser humilhado, associados ao estímulo constante à competitividade, rompem os laços afetivos com a vítima e, frequentemente, reproduzem e reatualizam ações e atos do(a) agressor(a) no ambiente de trabalho, instaurando o “pacto da tolerância e do silêncio” no coletivo, enquanto a vítima vai, gradativamente, desestabilizando-se e fragilizando-se, ‘perdendo’ sua autoestima e autoconfiança”, explica a diretora.

Falta de reconhecimento

A falta de reconhecimento do Estado é outro ponto que corrobora o adoecimento. Soma-se ao problema a forma de inclusão do/a profissional sem o devido

preparo, a necessidade de lidar com turmas superlotadas e a falta de preparo para que a professora possa lidar com estudantes que necessitam de atendimento especializado. A psicóloga Luciane Kozicv Reis Araújo informa que fatores como esses podem ser caracterizados como uma forma de assédio moral porque acarreta sofrimento no trabalho.

“Existem várias formas de violência no trabalho, sendo o assédio moral uma delas. Na realidade, o que precisa ser feito para combater o assédio é retirar a vítima do isolamento. Nos dias de hoje, na situação em que se vive no mundo do trabalho, fatores como esses corroboram a prática de assédio, tanto na situação vertical quanto na horizontal. Isso tudo propicia a violência no ambiente do trabalho, causando uma individualização do sujeito em detrimento do coletivo. Faz com que direitos sejam descumpridos dentro da organização, gerando medo e insegurança. O sujeito vira um objeto dentro da empresa e deixa de ser o sujeito da conquista, da coletividade”, argumenta Luciane.

Ao longo dos anos o movimento sindical tem lutado contra o assédio moral, por perceber que esta agressão fere os direitos humanos e subtrai a identidade dos/as trabalhadores/as. Para isso, várias ações têm sido executadas, como, por exemplo, a edição da cartilha sobre assédio moral do Sinpro-DF. “O assédio moral leva muitas professoras ao adoecimento e impedir esse tipo de crime é uma luta constante do sindicato. Precisamos acabar com este mal e diminuir o sofrimento dos/a educadores/as”, afirma Gilza.

A diretora diz que uma das principais ações para eliminar esse tipo de ação no local de trabalho é fortalecer vínculos afetivos que possibilitem a coação do assediador. O combate de forma eficaz ao assédio moral

no trabalho exige a formação de um coletivo multidisciplinar, envolvendo diferentes atores sociais: sindicatos, advogados, médicos do trabalho e outros profissionais de saúde, sociólogos, antropólogos e grupos de reflexão sobre o assédio moral. Esses são passos iniciais para um ambiente de trabalho saneado de riscos e violências e que seja sinônimo de cidadania.

O fim das humilhações depende também do nível de informação, esclarecimento, organização e mobilização dos/as trabalhadores/as. Um ambiente de trabalho saudável é uma conquista diária possível na medida em que haja “vigilância constante” com o objetivo de criar condições de trabalho dignas, baseadas no respeito ao outro, no incentivo à criatividade, na cooperação.

“Importante lembrar que o assédio moral no trabalho não é um fato isolado. Ele se baseia na repetição ao longo do tempo de práticas vexatórias e constrangedoras, explicitando a degradação deliberada das condições de trabalho num contexto de desemprego, dessindicalização e aumento da pobreza urbana”, alerta Gilza.

E acrescenta que, para recuperar a dignidade, a identidade, o respeito no trabalho e a autoestima, é importante haver uma organização coletiva, uma ação do sindicato, a criação de organizações por local de trabalho (OLP), comissões de saúde e a busca por Centros de Referência em Saúde dos Trabalhadores (CRST e CEREST).

A vítima deve também procurar as comissões de Direitos Humanos e Núcleos de Promoção de Igualdade e Oportunidades e de Combate à Discriminação em matéria de Emprego e Profissão que existem nas Delegacias Regionais do Trabalho. O Sinpro-DF atua no combate a esse crime por meio da Secretaria de Saúde do Trabalhador e um corpo de profissionais que vai desde

PORTADORAS DO CUIDADO

Por Gilza Camilo*

AO assédio moral é caracterizado pelo constrangimento psicológico constante e prolongado, capaz de gerar ofensa à personalidade, dignidade ou integridade psíquica do trabalhador.

As mulheres, segundo dados do Tribunal Superior do Trabalho, são as mais atingidas, uma vez que além de denunciarem mais, podem ser vítimas do assédio sexual por homens no ambiente laboral. O universo masculino tem mais resistência a denúncia, seja pela virilidade, onipotência da imagem do homem. Segundo R.A.:” como meus colegas vão me ver se denunciar a pressão que sofro no trabalho? Serei a mulherzinha, o fraco da turma?”

Como portadoras da voz de milhares de trabalhadores (as) que sofrem esta violência de maneira deliberada e sistemática, direta ou indiretamente, com pressão e intimidação, afetando negativamente a comunicação, as relações interpessoais, a dignidade, a identidade, a saúde, a integridade física, profissional, social, emocional e moral do trabalhador(a) é fundamental construir mecanismos de defesa e propagar as consequências do assédio no trabalho.

As vítimas podem apresentar sintomas psicossomáticos como cefaleias, transtornos digestivos e cardiovasculares, fadiga crônica, insônia ou hipersonia, entre outros. O padrão fisiológico se caracteriza pela irritabilidade, ansiedade, estresse, obsessões, fobias, apatias,

desinteresse, mal estar geral, crises de choro, dificuldades de atenção, de memória, sentimento de indefesa e culpabilidade, vergonha, injustiça, desconfiança, confusão e desorientação, crises de auto-estima, aumento de peso ou emagrecimento exagerado, aumento da pressão arterial, tremores e palpitações, redução da libido, para citar alguns.

As principais consequências às organizações envolvem o absenteísmo, acidentes de trabalho, déficit na qualidade do ensino, diminuição da eficácia e eficiência, e prejuízo nas relações socioprofissionais.

Para a sociedade o assédio resulta em precarização das condições de qualidade de vida, crises das relações familiares e comunitárias, custos sociais por enfermidade, riscos de suicídio, aborto, divórcios, além do desemprego.

O autocuidado parece ser um caminho privilegiado que as mulheres vem percorrendo para alertar sobre as práticas de assédio e como elas refletem no nosso corpo e estado emocional.

A intenção é mobilizar e motivar o despertar para ações que proporcionem bem estar, integração e contribuam para a prática de hábitos saudáveis e, conseqüentemente, melhor qualidade de vida.

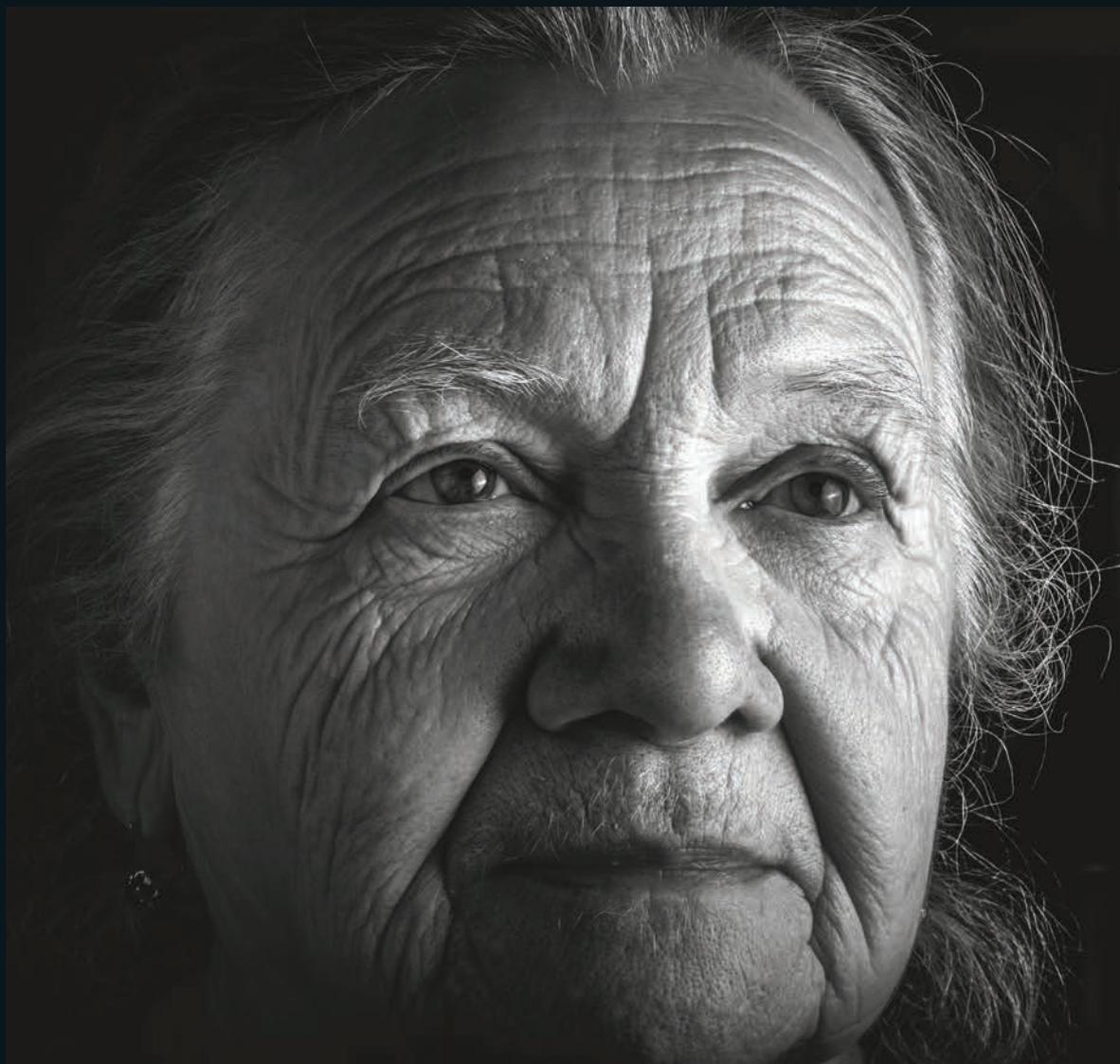
Assim, fica o alerta para que estratégias de enfrentamento possam ser desenvolvidas. À medida que nos colocamos como sujeitos responsáveis por nossa existência, condição essencial para que não aconteça uma ruptura da identidade, nos auto reconhecemos na condição atual e assim somos impulsionados a não negar e ocultar o que se passa. Implicar-se significa ter uma postura mais otimista, mais ativa, que possibilita modificar e criar espaço para a solução e enfrentamento.

** Gilza Camilo, diretora da Secretaria de Assuntos de Saúde do Trabalhador*

Deva Garcia



APOSENTADORIA



**MARIA MORREU
SEM SE APOSENTAR.**

É ISSO QUE O GOVERNO QUER DE VOCÊ!



www.sinprodf.org.br | facebook.com/sinprodf

18%

É O CAMINHO

ISO
NO
MIA



Meta 17 é Lei!!!
Cumpra!



www.sinprodf.org.br | facebook.com/sinprodf